

PERFIL

Fernando Faria de Oliveira nasceu em Lisboa, a 10 de outubro de 1941. Engenheiro mecânico de formação, licenciou-se no Instituto Superior Técnico e desempenhou diversos cargos em governos nacionais: secretário de Estado do Comércio Externo, secretário de Estado adjunto do vice-primeiro-ministro, secretário de Estado das Finanças e do Tesouro, secretário de Estado adjunto e das Finanças e ministro do Comércio e Turismo, este último posto no segundo governo de Cavaco Silva. Foi gestor em diversas empresas, onde se inclui a TAP. Com uma vasta experiência na banca, presidiu à Caixa Geral de Depósitos durante três anos e meio e foi administrador do Banco de Fomento Exterior. Preside à APB desde abril de 2012 e termina o seu mandato em dezembro do presente ano. É ainda membro do *board* da Federação Bancária Europeia.



Faria de Oliveira, presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB)

«Há manifestamente uma discriminação em relação ao sistema bancário»

A poucos meses de abandonar a presidência da APB, Faria de Oliveira denuncia campanhas «político-mediáticas e populistas» de vários setores, mas argumenta que a banca está mais robusta do que na crise anterior e é agora parte da solução. Sobre a resposta às dificuldades, considera que só atraindo investimento é possível seguir o caminho certo rumo à retoma.

Entrevista **Nuno Dias da Silva** Fotos **Raquel Wise**

Contabilista – Quais são as principais diferenças e semelhanças entre a crise financeira de 2009/2010 e a crise pandémica de 2020?

Faria de Oliveira – São crises profundamente diferentes tanto nas causas como nas suas características e, em particular, esta última poderá ter efeitos significativos no sistema bancário. Desde logo, pode dizer-se que a banca foi uma parte do problema – a primeira crise teve origem no sistema financeiro – para passar, neste momento, a ter que ser parte da solução. E essa diferença é substancial e deriva, em primeiro lugar, do facto de os bancos estarem hoje muito melhor preparados do que estavam no início da crise financeira global, e em especial na dívida da crise soberana.

Contabilista – Qual é o grau de preparação dos bancos para responder à crise?

F.O. – Os bancos estão muito mais capitalizados e a diferença, porventura mais significativa, tem a ver

com o facto de em termos de liquidez estarem, atualmente, perfeitamente confortáveis e na crise financeira anterior a liquidez foi, precisamente, o primeiro problema que os bancos tiveram de enfrentar. As consequências de uma recessão económica e de uma crise afetam, sempre, inevitavelmente, o sistema financeiro e têm um efeito que é desfasado do tempo e se manifesta no aumento significativo do crédito malparado. Tal obriga a que se registem fortes imparidades, o provisionamento significativo antecipado e, naturalmente, o efeito do incumprimento acaba por refletir-se na rentabilidade das instituições e no consumo de capital que dele deriva.

Contabilista – O Banco de Portugal (BP) alertou, recentemente, que as falências e o crédito malparado, nomeadamente fruto das moratórias, podem provocar turbulência na banca. Quão elevado é o risco?

F.O. – Se se fizer mais uma comparação com a crise anterior, verificamos que o custo do risco de crédito que resultou da crise financeira global

atingiu valores próximos do 1,1 ou 1,2 por cento. Neste momento, na banca portuguesa estamos bastante aquém em termos do custo do risco de crédito, mas antevê-se uma recessão muito mais brutal do que a recessão anterior. Se é certo que as alterações que o sistema bancário sofreu em termos do aprofundamento dos modelos e critérios de avaliação de risco e do próprio controlo interno das instituições permitem admitir que os bancos estão muito melhor preparados, a dimensão da crise pode vir a representar um aumento significativo do incumprimento. Admite-se que no final do período das moratórias, se a dimensão da crise for muito grande, muitas empresas poderão não ter capacidade de subsistir ou vão ter necessidade de promover escalonamentos das dívidas ou reestruturações financeiras intensas. Para atenuar os efeitos da crise do sistema bancário português, que hoje dispõe de almofadas de capital significativas, superiores a 12 mil milhões de euros, seria muito importante poder haver garantias de



«A banca passou a ser uma parte do problema – a primeira crise teve origem no sistema financeiro – para passar, neste momento, a ter que ser parte da solução.»

Estado, designadamente em relação ao novo crédito a conceder às empresas, no sentido de uma parte (um *first loss*) poder vir a ser assumido em termos da concessão dessas mesmas garantias. Estamos a falar, aproximadamente, de 15 a 20 por cento dos valores dos créditos.

Contabilista – A pandemia acelerou a transição das organizações bancárias para o digital?

F.O. – De alguma maneira, pode dizer-se que há um processo de crescente adaptação do cliente bancário às soluções digitais, e isso acaba por se repercutir no próprio desenvolvimento dos diferentes instrumentos que a banca utiliza para esse efeito. Nessa perspetiva, a resposta é afirmativa, há uma aceleração na transição para o digital. De qualquer modo, os bancos já estavam a desenvolver muito ativamente, e com prioridade, todo o seu processo de digitalização. Contudo, os efeitos da economia digital não se repercutem apenas nos canais de distribuição,

também influenciam, determinadamente, tudo o que tem a ver com questões de eficiência e produtividade do sistema bancário.

Contabilista – A reestruturação no setor da banca não é de agora. Admite que, fruto do contexto, possa ser aprofundada?

F.O. – Havia já, tanto na banca europeia, como na banca nacional, uma tendência natural para reduzir o número de agências, na medida em que os meios digitais passaram a ter uma particular atenção por parte dos clientes. Isto não significa que as agências vão deixar de ter uma ação relevante na prestação de serviços bancários. Há clientes digitais, há clientes conservadores e há clientes que utilizam as duas vias. Por isso, as agências vão continuar a ser absolutamente indispensáveis. A questão que se coloca é ter um número de agências com relativa proximidade dos clientes, mas, inevitavelmente, vai continuar a tendência de redução do seu número, porque elas são me-

nos necessárias em termos do fator proximidade.

Contabilista – Há margem para reestruturar sem colocar em causa a cobertura do serviço?

F.O. – Absolutamente. Há margem para isso e são questões de racionalidade económica e comercial que vão levar os bancos a definirem onde é que devem manter as suas agências e os locais onde fará sentido eliminar a sua presença física.

Contabilista – O primeiro-ministro e o Presidente da República apelaram a que a banca ajudasse os portugueses, depois de os contribuintes terem contribuído na injeção, segundo números recentes, de cerca de 28 mil milhões de euros. Como é que entendeu as palavras de duas das principais figuras do Estado?

F.O. – É indiscutível que a banca tem uma missão particularmente importante no atenuar dos efeitos da crise. O sistema bancário, ainda antes do governo ter definido algumas das

«Se é certo que as alterações que o sistema bancário sofreu em termos do aprofundamento dos modelos e critérios de avaliação de risco e do próprio controlo interno das instituições permitem admitir que os bancos estão muito melhor preparados, a dimensão da crise pode vir a representar um aumento significativo do incumprimento.»



suas medidas de apoio às empresas e às famílias, já tinha avançado com soluções de grande envergadura para ajudar a reduzir os encargos mensais que as famílias e as empresas têm com serviços bancários. Desde logo, com concessão de moratórias, e deixe-me advertir que vários bancos já tinham concedido moratórias antes mesmo da moratória legal ter entrado em vigor. Para além disso, foram criadas moratórias privadas, complementares da moratória legal, que, desde logo, aliviaram as dificuldades de pagamento por parte de muitos clientes. É preciso lembrar que o sistema bancário avançou ainda com um conjunto de soluções, onde se incluíram a isenção de várias comissões e complementarmente às linhas de crédito protocoladas que o governo lançou, as próprias entidades bancárias injetaram liquidez na economia, desenvolvendo as suas próprias linhas de crédito. Portanto, podemos dizer que os bancos portugueses têm respondido presente desde que a crise eclodiu, o que, no

fundo, acaba por corresponder às palavras do Presidente da República e do primeiro-ministro quando pedem à banca que esteja atenta aos problemas e disponível para dar o máximo apoio possível.

Contabilista – Em março, numa entrevista que concedeu à TSF e ao Dinheiro Vivo, garantiu que a «banca ajudará as empresas que sejam viáveis.» Contudo, uma grande parcela dos montantes aprovados pelas sociedades de garantia mútua não foram contratados pelos bancos. Qual foi o motivo?

F.O. – Há várias situações a considerar, mas muitas empresas não reuniam as condições de acesso ou não foram aprovadas na análise de avaliação de risco. Mas é preciso sublinhar que os casos nessa situação são extremamente reduzidos. E depois há uma segunda vertente da questão que tem a ver com o facto de desde a aprovação por parte das sociedades de garantia mútua e no início de todo este processo a avalanche de pedidos

era tal que as próprias sociedades tiveram dificuldade em dar uma resposta rápida aos pedidos apresentados. Como sabe, há um período de 30 dias, que é o prazo concedido ao cliente para que este analise a concretização da sua intenção ao pedir o respetivo crédito e para discutir, eventualmente, um ou outro detalhe contratual que esteja em causa. Finalmente, há ainda outra condição muito importante – e provavelmente é uma das principais causas por não ter havido uma utilização plena do montante das linhas de crédito – que tem a ver com o facto de ser concedido um ano a quem solicita o crédito para o mesmo ser disponibilizado. Seguramente, terá havido empresas que por considerarem que não precisavam do crédito no imediato, irão pedi-lo, posteriormente, pese embora a operação já estar aprovada.

Contabilista – Acredita que nas próximas linhas de crédito a lançar será possível agilizar a chegada de dinheiro ao terreno e tornar os pro-

cessos bancários menos burocráticos, aprendendo com os erros da primeira etapa?

F.O. – A experiência recolhida relativamente às dificuldades registadas no processo de decisão com as primeiras linhas de crédito foram objeto de conversações e contributos muito importantes por parte do próprio sistema bancário junto dos ministros da Economia e das Finanças, no sentido de todo o conjunto de entraves burocráticos e atos processuais serem o mais aligeirados possível, por um lado, e permitindo uma maior eficiência para a resolução desses casos. Por isso, estou convicto que, não apenas para esta linha de crédito para as pequenas e médias empresas, anunciada a 8 de julho pelo ministro da Economia, mas mesmo para as restantes linhas de crédito que vierem a ser abertas, estes ensinamentos serão devidamente acautelados naquilo que vai ser colocado em execução.

Contabilista – A persistência de baixas taxas de juro está a gerar dificuldade à banca para obter receita e estima-se que assim se prolongue até 2024. Cortar custos operacionais e ajustar o modelo de negócio é a solução?

F.O. – Os bancos socorrem-se de várias ações no sentido de fazer face à pressão das taxas de juro, muito baixas ou mesmo negativas que se vêm registando. Ou seja, estão a procurar gerir a margem financeira de modo a minorar esse efeito e a maneira de o fazer é, por um lado, desenvolver formas alternativas de obtenção de receita, designadamente através de prestação de serviços adicionais aos clientes, incluindo a diversificação da oferta de produtos e serviços com base na inovação digital, promovendo investimentos que facilitam

«Qualquer intervenção administrativa que limite

a capacidade dos bancos de fixar livremente os seus preços tenderá a distorcer a concorrência e é manifestamente um atentado ao funcionamento da economia livre de mercado e da liberdade contratual.»

esta operação e, naturalmente, na gestão da rentabilidade atuar sobre a eficiência operacional e, portanto, na redução mais significativa que possa vir a realizar. Se por um lado, as autoridades europeias, designadamente o Banco Central Europeu (BCE), consciente da pressão sobre a margem financeira dos bancos, tem tomado medidas de modo a que exista algum alívio, em termos nacionais tomam-se, por seu turno, medidas que atentam contra a possibilidade de atenuar os efeitos da crise na rentabilidade dos bancos quando existem iniciativas que acabam por aumentar os custos do sistema bancário, devido ao recente adicional de solidariedade aplicado exclusivamente ao sistema bancário. E há mais, por exemplo, contribuindo para reduzir os proveitos, como é, por exemplo, a limitação de algumas comissões, que são iniciativas legislativas que ainda estão em discussão e em que espero venha a prevalecer o bom senso.

Contabilista – As comissões são um caminho sem retorno para os bancos, confrontados com margens financeiras reduzidas?

F.O. – Em primeiro lugar, as comissões são um valor atribuído a serviços prestados e são perfeitamente legítimas no sistema bancário, como em qualquer outra atividade económica. Qualquer intervenção

administrativa que limite a capacidade dos bancos de fixar livremente os seus preços tenderá a distorcer a concorrência e é manifestamente um atentado ao funcionamento da livre economia de mercado e da liberdade contratual. O sistema bancário contestou, como posição de princípio, este tipo de iniciativas administrativas com carácter legislativo que estão a ser tomadas, considerando que boa parte dos argumentos invocados são falaciosos.

Contabilista – Quer concretizar?

F.O. – Dou-lhe três exemplos. Quando se diz que a banca tem aumentado desmesuradamente as comissões, os dados concretos demonstram exatamente o contrário. As comissões, líquidas em 2010 eram 3.8 mil milhões de euros, enquanto em 2019 as comissões líquidas não chegam a 3 mil milhões de euros. O peso no produto bancário das comissões, que naturalmente até deveria ter aumentado significativamente em relação às outras fontes de receita, designadamente a margem financeira, manteve-se praticamente estável, na ordem dos 30 por cento do produto bancário. A variação deste peso posiciona-se entre 28 e 31 por cento. Portanto, este argumento é falacioso. O outro argumento que não colhe é quando se diz que há comissões que não correspondem a serviços prestados. Os bancos cumprem rigoro-



«A banca, de um modo geral, sempre foi mal amada. Existe, historicamente, uma animosidade latente relativamente ao sistema bancário.»

samente em termos de informação e de transparência todos os requisitos regulatórios que existem nesta matéria. O BP, que é a entidade que supervisiona esta matéria, tem acesso a todos os outros dados e caso até haja uma comissão menos justificada, a autoridade competente tem poder, inclusive, para sancionar os bancos.

Contabilista – E qual é o terceiro e último exemplo?

F.O. – Diz-se que há comissões que violam o princípio da proporcionalidade. É extraordinariamente difícil avaliar o que é a proporcionalidade. Como já referi, uma comissão é um valor atribuído ao serviço ou ao produto prestado ao cliente. E o cliente tem a liberdade de aceitar ou não, como acontece relativamente a qualquer outra atividade económica. Vou apresentar-lhe um caso prático: uma pessoa paga 80 euros para obter um passaporte e porque não 20 euros ou 150 euros? Onde é que está o critério da proporcionalidade? Outro exemplo: se tiver uma camisa com uma marca estampada ela é mais cara do que uma camisa sem marca.

Há clientes que aceitam e compram e outros que, simplesmente, recusam. Tudo se resume ao valor que cada cliente atribui a esse serviço.

Contabilista – O caso falado de forma mais recorrente tem sido as comissões no MB WAY...

F.O. – O MB WAY é um serviço digital que comporta fortes custos de investimento para o sistema bancário e a intenção do legislador nesta matéria é limitar o valor destas comissões. Em primeiro lugar, qualquer cliente tem alternativas de exercício de pagamento que estão à sua disposição, algumas delas inclusivamente gratuitas. Se utiliza o MB WAY é porque lhe atribui determinado valor. Para além disso, a utilização do MB WAY exige o recurso a um telemóvel. E porque não regular os preços dos *smartphones*? Sem este tipo de aparelhos, não há MB WAY. Portanto, há manifestamente uma discriminação em relação ao sistema bancário que atenta rigorosamente contra a economia de mercado.

Contabilista – A taxa sobre os le-

vantamentos Multibanco, que ciclicamente regressa ao debate, ainda continua a ser um objetivo da banca?

F.O. – Em termos de razão do sistema bancário, devia continuar a ser. Mas é algo que se sabe não tem condições para ser obtido. O facto de sermos um caso único na Europa é a prova da razão que assiste aos bancos portugueses. Mas, basicamente, é uma matéria posta na gaveta.

Contabilista – Já referiu recentemente que considera «injustos» os ataques à banca e que têm tido «porta-vozes inesperados». Há uma campanha visando a banca?

F.O. – A banca, de um modo geral, sempre foi mal amada. Existe, historicamente, uma animosidade latente relativamente ao sistema bancário. Isto é metade do problema.

Contabilista – Mas, como se costuma dizer, a banca também de pós a jeito...

F.O. – Houve uma perda de reputação muito significativa, desde logo porque a crise anterior foi provocada por várias instituições do sistema e também porque registaram-se em Por-



tugal um conjunto de casos que provocaram o colapso de instituições, tendo havido a necessidade de fazer intervenções por parte do Estado, o que afetou enormemente a imagem do sistema. Os dois factos que eu enunciei levam a que tenha havido uma espécie de aproveitamento político-mediático muito populista que aproveitou uma má imagem da banca para, simultaneamente, promover um grande número de ataques ao sistema bancário.

Contabilista – O próprio Presidente da República declarou que «é muito popular bater na banca». Quem são os protagonistas dessas investidas?

F.O. – Alguns ataques não são de estranhar e têm origem em forças políticas que reconhecem ser contrárias à economia de mercado e à banca privada. Já em relação a outras forças políticas, não pode deixar de nos causar apreensão e estupefação, porque algumas das iniciativas apresentadas são manifestamente contra o funcionamento da economia de mercado e da livre concorrência,

valores por eles preconizados. De onde menos se espera, podem surgir certas ações que se aproveitam, de forma populista, da má imagem da banca e em que a razão é ultrapassada pelo populismo fácil. Mas deixei-me sublinhar o seguinte: em todo o espaço europeu tomaram-se medidas de flexibilização regulatória e de supervisão para que a banca pudesse suportar os custos da crise e que ela esteja em condições de executar esse seu papel fundamental de financiar a retoma da economia. Ora, no nosso país, a esfera política vem atuando em sentido contrário, impondo aos bancos mais custos. É o caso concreto do adicional de solidariedade, e, por outro lado, procurando subtrair certos proveitos, como são exemplo as iniciativas sobre as comissões que representam uma inconsistência face ao objetivo que é ter uma banca forte e solvente para poder dar um contributo absolutamente vital e indispensável para a recuperação económica.

A banca sempre foi o motor da economia, designadamente no nosso

país. Neste momento, ela é, porventura, ainda mais essencial do que no passado recente. Portanto, é preciso ser coerente e tomar medidas que contribuam para este desiderato, em vez de atuar contrariamente. No fundo, trata-se de uma exploração político-mediática e populista que pode vir a fragilizar o sistema bancário e colocar em causa os grandes objetivos nacionais.

Contabilista – O processo Novo Banco contaminou irremediavelmente a imagem do setor. Como veria uma eventual nacionalização do banco?

F.O. – Espero que não venha, de todo, a ser necessário. Desde logo, é muito importante ter em consideração que a recuperação da economia portuguesa vai necessitar de investimento como de pão para a boca. E numa economia de mercado, principalmente numa situação como a atual, em que existirá uma concorrência ainda mais acrescida pela captação de investimento e de investidores, a perceção do mercado de que a economia está a ser sujeita a ações do

Estado que limitam o funcionamento dos mercados é negativa. Por isso, falar em nacionalizações só em caso absoluto de interesse nacional ou de necessidade premente. No caso concreto do Novo Banco, está desde o início prevista uma recuperação do banco ao longo do tempo e temos de ser o mais realistas possível: os termos em que foi negociada a venda do Novo Banco traduziram-se na existência de um mecanismo contingente com um *plafond* cuja utilização dependia, muito naturalmente, da evolução económica e da capacidade de poder resolver certas situações de crédito malparado da maneira mais favorável para as instituições. Acontece que esta nova crise não favorece a situação. Espero que, em qualquer circunstância, o Novo Banco possa vir a superar as suas dificuldades e continue a dar um bom contributo para a economia, sem mais custos para o sistema bancário. É preciso distinguir o que é o esforço do Estado nesta matéria e quem, na realidade, paga a fatura.

Contabilista – Está a referir-se ao Fundo de Resolução...

F.O. – Há uma perceção generalizada de que são os contribuintes que estão a pagar para que o Novo Banco esteja a funcionar, quando na verdade são os outros bancos que estão a pagar para a sua existência. Importa não esquecer que aquilo que o Estado concedeu foi um empréstimo. E esse empréstimo está a ser pago com contribuições do sistema bancário para o Fundo de Resolução. É um processo que vai desenrolar-se durante um longo período – a previsão é de cerca de 30 anos – e um custo extraordinariamente relevante para os bancos. Estamos a falar, até agora, de 250 milhões de euros por ano, distribuídos pelo sistema bancário. Por

«Há uma perceção generalizada de que são os contribuintes que estão a pagar para que o Novo Banco esteja a funcionar, quando na verdade são os outros bancos que estão a pagar para a sua existência.»

exemplo, um grande banco como a Caixa Geral de Depósitos é penalizado em cerca de 50 milhões de euros por ano e um Millennium BCP em 48 milhões de euros. Se pensarmos ainda que somos o único sistema bancário do espaço europeu em que os bancos têm que pagar uma fatura para dois fundos de resolução – o nacional e o europeu – está a ver o que isto representa para os bancos portugueses.

Contabilista – A APB diz que o adicional de solidariedade vem «sanctionar todos os bancos e sucursais a operar em Portugal.» Na sequência do que disse anteriormente, considera ser mais um ataque à banca?

F.O. – Em primeiro lugar, há uma opção do legislador comunitário de que os serviços financeiros estão, por regra, isentos de IVA. Segundo, no caso de se aplicar o IVA sobre os produtos financeiros este seria pago pelos clientes e não pelos bancos. Terceiro, a isenção do IVA não concede qualquer vantagem ao setor financeiro, mas pelo contrário, acaba por ser uma desvantagem na medida em que os serviços financeiros ao não liquidarem IVA os bancos também não podem deduzir o imposto que suportam na aquisição dos bens e serviços que são essenciais para o seu funcionamento. O sistema bancário em Portugal não paga o IVA, mas ele é substituído pelo imposto

do selo. E só neste imposto o Estado arrecada mais de 1,1 mil milhões de euros de receita fiscal.

Contabilista – O adicional de solidariedade é mais outro encargo para os bancos?

F.O. – O adicional em causa não é uma contribuição financeira nos termos em que a Constituição e a Lei Geral Tributária prevêem, é antes um imposto direto sobre um só setor de atividade e, portanto, uma arbitrariedade fiscal. Do nosso ponto de vista, temos inteira razão em contestar os argumentos para aplicar este adicional de solidariedade sobre o sistema bancário. Chamamos, uma vez mais, à atenção que isto é inconsistente com a necessidade de ter bancos sólidos para permitir uma rápida retoma da atividade bancária. No fundo, é mais um elemento de redução da rentabilidade dos bancos. E neste particular, há uma questão que deve ser mencionada: a rentabilidade dos bancos portugueses continua a ser muito inferior ao custo de capital. O *return on equity* da banca em 2019 – um ano bom para o sistema bancário português –, foi de 4,3 por cento, quando o custo de capital é superior a 9 por cento. Neste momento, vamos ter uma forte pressão sobre a rentabilidade dos bancos provocada pela crise. Se, eventualmente, a dimensão da recessão for muito brutal, os bancos – ou pelo menos alguns – vão



ficar com uma eventual necessidade de promover aumentos de capital. Face a esta situação de *return on equity* inferior ao custo de capital e numa perspetiva em que desde que a crise rebentou, os mercados financeiros anteciparam logo a redução de rentabilidade dos bancos e houve uma redução da cotação do valor dos bancos imediata e fortíssima, na ordem dos 40 por cento. Perante isto, o setor deixa de ser interessante para o investidor privado. Reafirmo: o setor bancário sempre foi o motor da economia e precisa de investidores interessados em colaborar com o setor. Isto

não pode deixar de ser um objetivo de política económica de qualquer país, na medida em que está em causa o interesse nacional.

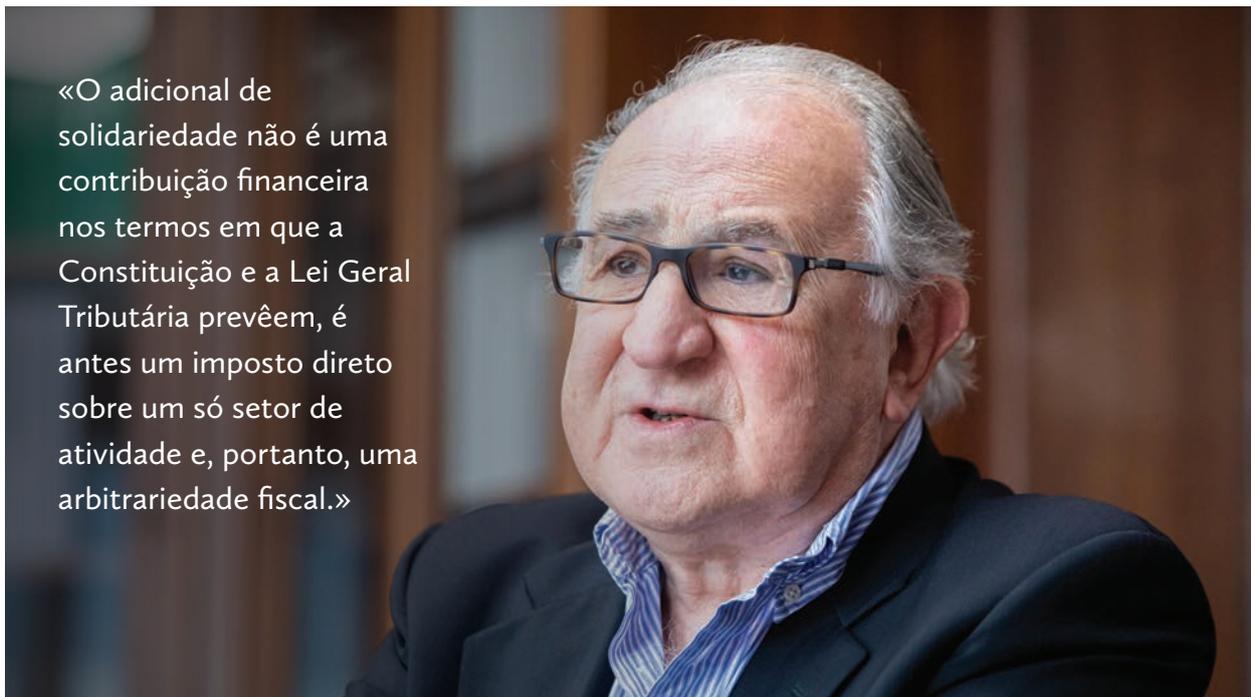
Contabilista – A fatura deste adicional vai recair, uma vez mais, sobre os clientes?

F.O. – Os custos do sistema bancário têm sempre de ser repercutidos de alguma forma, mas isso faz parte das opções de gestão que cada instituição vier a adotar. Mas, naturalmente, e há que ser transparente, é um custo adicional que terá de ser repercutido, de alguma maneira, nos clientes bancários.

Contabilista – O Banco de Fomento pode ser uma forma de concorrência à banca tradicional?

F.O. – Por aquilo que pudemos ler no Programa de Estabilização Económica e Social a criação do Banco de Fomento traduz-se na integração conjunta do IFD, com as sociedades portuguesas de garantia mútua e com a PME Investimentos. Do nosso ponto de vista, faz todo o sentido porque confere outra solidez e eficiência à instituição que gere, em simultâneo, estes três instrumentos. Por outro lado, este projeto procura configurar uma instituição que já existe em alguns países europeus – designadamente o ICO, em Espanha, o KfW, na Alemanha ou o Banque de Promotion, em França – com muitas características de banco de investimento, mas que é absolutamente complementar do resto do sistema financeiro. Pelo que tive oportunidade de ler, este banco não procura substituir os mecanismos de mercado que são a base de intervenção dos bancos nacionais e vai, inclusive, trabalhar em cooperação e juntamente com os bancos comerciais. É necessário, no entanto, circunscrever o mandato deste banco aquilo que pode vir a ser a sua ação no retalho. Por exemplo, em França, o Banque de Promotion pode conceder financiamentos diretos a microempresas, mas devidamente configurados. Na Alemanha, o KfW tem grande parte da sua ação vocacionada para projetos inovadores. Em suma, se o mandato estiver clarificado e ainda para mais no atual contexto que vivemos, e se a lógica de complementaridade prevalecer sobre a lógica de concorrência estou em crer que faz todo o sentido que haja este banco.

«O adicional de solidariedade não é uma contribuição financeira nos termos em que a Constituição e a Lei Geral Tributária prevêem, é antes um imposto direto sobre um só setor de atividade e, portanto, uma arbitrariedade fiscal.»



Contabilista – No dia em que falamos, Carlos Costa cumpre o seu último dia como governador do BP. Que balanço faz do seu mandato?

F.O. – O mandato do atual governador coincidiu, provavelmente, com um dos períodos mais difíceis de sempre do sistema financeiro. Ele iniciou funções no início da crise soberana e aquando da aplicação do programa de ajustamento económico-financeiro ao nosso país. Teve depois de lidar com casos muito complicados que levaram a que algumas instituições financeiras tivessem entrado em colapso. E depois teve, quase no fim do seu mandato, o surgimento de mais uma crise de uma dimensão colossal. Durante o período em que liderou o BP houve, seguramente, coisas que não correram bem e momentos em que as posições da APB foram divergentes das decisões tomadas pelo BP, mas há que dizer o seguinte: no momento em que Carlos Costa sai o sistema

bancário nacional está muitíssimo mais robusto e muito mais moderno. A estabilidade financeira foi completamente preservada ao longo destes dez anos, os depósitos dos clientes foram absolutamente salvaguardados e o próprio BP foi muito reforçado durante este período para dar resposta aos novos desafios que surgiram. Isto é incontestável.

Contabilista – E que legado deixa este governador no âmbito de mitigar os riscos e prevenir conflitos na banca?

F.O. – Durante este ano, e principalmente desde 2014, toda a supervisão passou a ser comandada pelo BCE. As pessoas, muitas vezes, esquecem-se disso e continuam a atribuir ao BP essa função, quando na realidade em relação aos grandes bancos a supervisão é feita diretamente pelo BCE. No que diz respeito às *less significant institutions* a ação de supervisão é feita por mandato, em colabo-

ração entre o BP e o BCE. E, na minha opinião, penso que existiu uma boa articulação entre estas instituições.

Contabilista – Por falar em BCE, o que é que mudou com Christine Lagarde, em comparação com o longo e interventivo mandato de Mario Draghi?

F.O. – Há uma continuidade, não há uma mudança. O BCE teve, durante o mandato de Mario Draghi, uma ação determinante para a União Europeia no seu conjunto e para a estabilidade financeira de todos os Estados-membros. Entendo que o BCE, face à nova crise pandémica e os seus efeitos na economia, atuou com grande rapidez, uma vez mais, e com ambição. As medidas tomadas por Christine Lagarde foram oportunas e de dimensão razoável.

Contabilista – O futuro será feito apenas com grandes bancos? Que papel competirá aos bancos de menor dimensão?



« A união bancária faz todo o sentido e deve ser complementada por um funcionamento muito mais eficaz do mercado de capitais europeu.»

F.O. – Creio que no início do projeto europeu, designadamente com a criação da união bancária, existiu a expectativa de criar grandes bancos europeus que competissem com os grandes bancos norte-americanos e chineses. Por isso, gerou-se a ideia de que o sistema bancário europeu devia ter três tipos de bancos: os bancos pan-europeus, os bancos regionais e os bancos nacionais. Atualmente, os bancos pan-europeus estão um pouco esquecidos, até porque face a esta nova crise, o receio do *too big to fail* pode, novamente, prevalecer. Quanto aos bancos regionais, no nosso país temos já uma experiência concreta, nomeadamente na Península ibérica, com os bancos espanhóis, mas que na verdade são bancos de capital global. A existência de bancos nacionais continua a ser, em qualquer circunstância, bastante importante e deve ser salvaguardada. Na verdade, devemos almejar para o nosso país um sistema bancário com bancos que tenham acionistas com capacidade financeira e disponibilidade para

manter estas entidades com rácios adequados e elevados de capital. E poderem, sempre que se justifique, estar presentes em aumentos de capital, assegurar equipas de gestão de alta qualidade e manter, tanto quanto possível, um ou outro banco, de capital nacional. Não é condição indispensável, mas a regra é que na esmagadora maioria dos Estados-membros da UE existam sempre bancos nacionais.

Contabilista – As presidentes da Comissão Europeia e do BCE fizeram recentemente declarações públicas em que reclamaram a «urgência da união bancária.» Qual é a premência deste objetivo que tarda em concretizar-se?

F.O. – Se queremos um mercado financeiro integrado, o elemento essencial é completar a união bancária. Sabemos que por razões de *moral hazard* e interesses nacionais tem sido muito difícil concretizar a perna que falta na construção da união bancária. Por isso, as declarações das senhoras von der Leyen e Lagarde fazem todo o sentido e

quanto mais depressa surgir uma solução para resolver esta lacuna, melhor. A união bancária faz todo o sentido e deve ser complementada com um funcionamento muito mais eficaz do mercado de capitais europeu. Se se chama união do mercado de capitais ou outra designação é irrelevante, certo é a sua urgência, até porque a economia funciona muito mais eficazmente e os sistemas bancários beneficiam da existência de um mercado de capitais dinâmico, ativo e procurado. No caso concreto de Portugal, o nosso mercado de capitais é provavelmente o de menor dimensão da Europa, mas vai ser indispensável também para a recuperação económica. Os desafios são vários: recapitalização de empresas, realização de novos investimentos e será da conjugação entre o mercado de capitais e o sistema bancário que isso pode ser facilitado ou concretizado.

Contabilista – Na década de 90 foi ministro do Comércio e do Turismo durante cinco anos. Após a pandemia, diz-se que Portugal vai ter de



reinventar o seu modelo de desenvolvimento económico. Temos forçosamente de mudar o paradigma e a banca terá de posicionar-se na vanguarda para financiar novos investimentos produtivos?

F.O. – O paradigma tem sempre de ter como base fundamental o seguinte: para se criar riqueza devemos possuir várias fontes de criação de riqueza, com especial enfoque naquelas onde podemos gerar mais fatores de competitividade. De um modo geral, para criar riqueza, em qualquer que seja o setor de atividade, precisamos de ter empresas competitivas que começam por ter uma grande capacidade para se tornarem *fast growing companies* e em qualquer economia desenvolvida precisamos de ter um tecido empresarial com empresas de dimensão apreciável e não estar demasiadamente concentrados na ótica das PME. É preciso, juntamente com o fortalecimento das PME – que pode passar pelo crescimento da sua dimensão, através de fusões, aquisição etc. – que exista uma rede de grandes empresas que, em muitas

circunstâncias, seja capaz de alimentar essas empresas de dimensão reduzida ou intermédia.

Contabilista – O turismo é, provavelmente, o setor que atravessa mais dificuldades. Apostar tudo neste setor foi uma estratégia equívoca?

F.O. – O turismo português beneficia do facto de termos uma vocação nata neste setor. Terá sempre um papel muito significativo na economia portuguesa – aliás, quando fui ministro do Comércio e do Turismo, lancei a ideia de que precisávamos de um turismo qualificado – isto é, que almejasse ser muito mais do que um turismo de massas, onde a receita arrecadada correspondesse a um perfil de utilizador distinto ao que existia naquela altura. No que diz respeito ao modelo de crescimento da economia, gostaria de dizer que os principais fatores para facilitar o desenvolvimento e o crescimento económico são os seguintes: haver iniciativa, capacidade empresarial e de gestão e capacitação de recursos. Depois, precisamos de ter um quadro institucional favorável,

com inserção plena na economia de mercado, políticas que melhorem o nível do capital humano, reformas estruturais, mercados laborais flexíveis e sistema financeiro sólido. Não devemos igualmente esquecer o aumento da competitividade das ações para aumentar a produtividade, inovação e a eficiência. Para finalizar, complementar ao que já foi anteriormente elencado, mas relevantíssimo na ótica de qualquer investidor, um quadro macroeconómico são e credível. Perante estes fatores e atuando sobre cada um deles, devemos incentivar um quadro que facilite o investimento. Temos de ser realistas, porque no momento atual temos de ter presentes que não dispomos de qualquer experiência de uma recessão com a dimensão que esta vai ter. Por isso, tudo devemos fazer para criar condições para no mundo global sermos capazes de atrair investimento. Sem alcançar esse objetivo vai ser muito difícil a retoma que todos desejamos. Mais do que o modelo económico que sigamos, o fundamental é atrair investimento.☘